

titular do cargo, com efeitos reportados a 20/11/07, Francisco da Silva Freitas, no S.F. de Odiveelas, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 13/11/07, Augusto Pires Calmeiro, no S.F. de Sintra 1, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 01/12/07.

19 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Inspeção-Geral de Finanças

Aviso (extracto) n.º 25490/2007

Por despacho de 26 de Novembro de 2007, do Inspector-Geral de Finanças, precedido de confirmação dos pressupostos para acesso na carreira pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública:

João Manuel Cravina Bibe, inspector de finanças superior, da carreira de inspeção de alto nível, nomeado na categoria de inspector de finanças superior principal, da mesma carreira, por exercício de funções dirigentes, com efeitos reportados a 04-02-2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

26 de Novembro de 2007. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 29108/2007

Por meu despacho de 21 de Novembro de 2007:

Ricardo Jorge Maciel Vozone da Silva, auxiliar administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, transita, por reconversão profissional, para a categoria de assistente administrativo deste quadro, para o escalão 1, Índice 199, com efeitos a 1 de Setembro de 2007, ao abrigo do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

21 de Novembro de 2007. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Instituto de Defesa Nacional

Louvor n.º 629/2007

Por despacho do Director do IDN, TenGeneral Aníbal José Rocha Ferreira da Silva foi concedido, em 26 de Novembro de 2007, o seguinte louvor:

Louvo o 2º Cabo, 672 CAR, NIM 19171701 Carlos Eduardo Ferreira Gomes pelas qualidades pessoais e profissionais demonstradas ao longo de dois anos e sete meses em que prestou serviço no Instituto de Defesa Nacional.

No desempenho das suas funções de condutor, distinguiu-se pela competência e cuidado postos na condução e manutenção das viaturas que lhe foram atribuídas e pela exemplar pontualidade e permanente disponibilidade para o serviço, qualidades que motivaram que tivesse sido seleccionado para condutor do Director do Instituto.

Muito educado, apumado e disciplinado, com elevado espírito de cooperação e de fácil relacionamento humano, o 2º Cabo Gomes demonstrou ser um militar responsável, cónscio dos seus deveres e dedicado, merecendo por isso a confiança e estima dos seus superiores hierárquicos e tornando-se digno de ser publicamente distinguido.

27 de Novembro de 2007. — A Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Maria Filomena Gabriel*.

Serviço de Polícia Judiciária Militar

Despacho n.º 29109/2007

Considerando que o cargo de Chefe da Primeira Divisão de Investigação Criminal da Polícia Judiciária Militar se encontra vago;

Considerando que enquanto decorrer o procedimento concursal para a nomeação de novo titular importa garantir o normal funcionamento da referida Divisão;

Considerando que o TCOR INF, NIM -15087085, Rui Manuel de Alcobia Teixeira, reúne os requisitos legais exigidos para o provimento no cargo e possui experiência no exercício de cargos dirigentes:

Nomeio, ao abrigo do disposto no Artigo 27º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o TCOR INF, NIM -15087085, Rui Manuel de Alcobia Teixeira, Chefe da Primeira Divisão de Investigação Criminal da Polícia Judiciária Militar, em regime de substituição.

O nomeado poderá optar pelo vencimento correspondente à sua categoria de origem.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 09 de Novembro de 2007.

21 de Novembro de 2007. — O Director da Polícia Judiciária Militar, *João Soares Guerreiro Rodrigues*, tenente-general.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Secretaria Central

Rectificação n.º 2131/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 25 801/2007, de 25 de Outubro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218, de 13 de Novembro de 2007, pelo qual foram nomeados, precedendo concurso, os assistentes administrativos principais da carreira administrativa do quadro de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas à categoria de assistente administrativo especialista, da mesma carreira e quadro, rectifica-se que onde se lê «João José Marques Loureiro, 1.º escalão, índice 269» deve ler-se «José João Marques Loureiro, 1.º escalão, índice 269». (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2007. — O Chefe da Secretaria Central, *Fernando José do Carmo Damil*, tenente-coronel.

MARINHA

Despacho (extracto) n.º 29110/2007

Por despacho do Vice-almirante Director-geral do Instituto Hidrográfico de 22.11.2007:

Pedro Miguel Henriques Coelho, é nomeado, precedendo concurso, em comissão de serviço, durante o período probatório de um ano, em lugar de ingresso na categoria de operário da carreira de serralheiro do grupo de pessoal operário altamente qualificado do quadro de pessoal Civil do Instituto Hidrográfico, e converter-se-á automaticamente em definitiva, independentemente de quaisquer formalidades, de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 6º Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

(Isento da fiscalização prévia do TC).

26 de Novembro de 2007. — O Director dos Serviços de Apoio, *João Manuel Figueiredo de Passos Ramos*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 29111/2007

Viaturas blindadas ligeiras anfíbias — Delegação de competência

No uso da autorização que me é conferida pelo Despacho n.º 202/MDN/07 de 26SET, do Ministro da Defesa Nacional, e ao abrigo dos artigos 35º e 36º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no Superintendente dos Serviços do Material, Vice-almirante José Joaquim Conde Baguinho, as competências relativas à execução dos testes de aceitação provisória e à assinatura dos protocolos de aceitação da recepção provisória das Viaturas Blindadas de Rodas 8X8 anfíbias.

23 de Novembro de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 1173/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, em harmonia com a proposta do Director do Instituto de Socorros a Náufragos, que seja concedida a medalha de Cobre de Filantropia e Dedicção, à Dr.ª Maria Luísa Simões Semedo Pestana e à Eng.ª Ana Paula Mesquita Santos Veríssimo, pelo notável interesse, total disponibilidade, dedicação e incessante

busca de soluções, demonstradas ao longo do período de concepção e desenvolvimento das iniciativas “Verão de Campeão”, “Praia Saudável” e demais apoios, os quais permitiram alcançar resultados dignos de realce ao longo das últimas três épocas balneares, que se traduziram numa considerável redução de acidentes mortais por afogamento nas praias vigiadas, nos espaços de jurisdição da Autoridade Marítima.

22 de Novembro de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Portaria n.º 1174/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, em harmonia com a proposta do Director do Instituto de Socorros a Náufragos, que seja concedida a medalha de Cobre de Filantropia e Dedicção, à Fundação Vodafone de Portugal, pelos excepcionais resultados alcançados pelas iniciativas “Verão de Campeão”, “Praia Saudável” e demais apoios, prestados ao longo das últimas três épocas balneares, que se traduziram numa considerável redução de acidentes mortais por afogamento nas praias vigiadas, nos espaços de jurisdição da Autoridade Marítima.

22 de Novembro de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, Almirante.

Portaria n.º 1175/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, em harmonia com a proposta do Director do Instituto de Socorros a Náufragos, que seja concedida a medalha de, Prata de Dedicção e Filantropia ao Dr. Paulo João do Carmo Ribeiro de Almeida Cabrita, ao Eng. José Manuel Guerra Cerdeira e ao Eng. Manuel Francisco Guerreiro Vilhena Júlio, pelos excepcionais resultados alcançados pelo projecto “SEAMASTER”, ao longo das últimas dez épocas balneares, que se traduziram numa considerável redução de acidentes mortais por afogamento nas praias vigiadas, nos espaços de jurisdição da Autoridade Marítima.

22 de Novembro de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Portaria n.º 1176/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, em harmonia com a proposta do Director do Instituto de Socorros a Náufragos, que seja concedida a medalha de, Prata de Dedicção e Filantropia à Mitsubishi Motors de Portugal, pelos excepcionais resultados alcançados pelo projecto “Seamaster”, ao longo das últimas dez épocas balneares, que se traduziram numa considerável redução de acidentes mortais por afogamento nas praias vigiadas, nos espaços de jurisdição da Autoridade Marítima.

22 de Novembro de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Portaria n.º 1177/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, em harmonia com a proposta do director do Instituto de Socorros a Náufragos, que seja concedida a medalha de prata de filantropia e dedicção ao Doutor António Rui de Lacerda Carrapatoso pelo notável interesse, grande disponibilidade, total apoio e extraordinário sentido de responsabilidade social, o que permitiu alcançar resultados dignos de realce ao longo das últimas três épocas balneares, que se traduziram numa considerável redução de acidentes mortais por afogamento nas praias vigiadas, nos espaços de jurisdição da Autoridade Marítima.

22 de Novembro de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Arsenal do Alfeite

Aviso n.º 25491/2007

Faz-se pública a relação nominativa do pessoal nomeado do Arsenal do Alfeite (promoções de pessoal fabril), elaborada nos termos da alínea *a*) do n.º 4º, da Portaria n.º 1227/91, de 31 Dezembro, aprovada por despacho do administrador do Arsenal do Alfeite, de 26/11/2007, para vigorar a partir de 20/07/2007.

Manuel Ambrósio Oliveira Veiga, operário do nível quatro, foi promovido a operário especializado do nível 1.

Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas

28 de Novembro de 2007. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

Aviso n.º 25492/2007

Faz-se pública a relação nominativa do pessoal nomeado do Arsenal do Alfeite (reclassificação de pessoal técnico profissional), elaborada nos termos da alínea *a*) do n.º 4º, da Portaria n.º 1227/91, de 31 Dezembro, aprovada por despacho do administrador do Arsenal do Alfeite, de 22/11/2007.

Vasco Manuel Correia Silva, técnico de manutenção de sistemas principal do nível 2, foi reclassificado na categoria de técnico bacharel do nível 5.

Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas

28 de Novembro de 2007. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

Aviso n.º 25493/2007

Concurso Interno de Ingresso

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do Administrador do Arsenal do Alfeite de 21 de Novembro de 2007 se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis contados da data de publicação deste aviso, concurso interno geral de ingresso para a carreira de motorista, na seguinte conformidade: Concurso n.º 11/07 — 1 motorista.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março — “Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

3 — Declaração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial — executado o procedimento prévio de recrutamento previsto no artigo 41º da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, deste resultando declaração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial com data de 16 de Novembro de 2007.

4 — Legislação específica aplicável — Decreto n.º 31873, de 27 de Janeiro de 1942 e Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro.

5 — Local de trabalho — instalações do Arsenal do Alfeite, com ressalva de eventuais necessidades de deslocação.

6 — Carreira e categoria — carreira e categoria de motorista, definidas no mapa I anexo à Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro. O ingresso nas carreiras profissionais faz-se nos termos do n.º 8º desta portaria.

7 — Conteúdo funcional — definido no anexo III à Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro.

8 — Vencimento — níveis salariais constantes da tabela de vencimentos em vigor para o pessoal do Arsenal do Alfeite (despacho conjunto n.º 907/99, de 30 de Julho, com as sucessivas actualizações salariais anuais).

9 — Nomeação — de acordo com as normas aplicáveis do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. No caso de militares abrangidos pelo artigo 30º do regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, o ingresso realiza-se através de contrato anual renovável, nos termos do artigo 33º do Decreto n.º 31873, de 27 de Janeiro de 1942.

10 — Lugares a preencher e prazo de validade — o concurso é válido durante um ano contado da data de publicação da lista de classificação final para preenchimento do lugar referido em 1 e daqueles que vagarem na mesma área funcional.

11 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

11.1 — Podem candidatar-se os funcionários ou agentes que até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas:

a) Satisfaçam as condições previstas no n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Estejam habilitados com carta de condução da categoria D — automóveis pesados de passageiros.

11.2 — Podem ainda candidatar-se, desde que preencham os requisitos fixados nas alíneas *a*) e *b*) do número anterior, os militares que se encontrem nas condições fixadas no n.º 1 do artigo 30º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, e façam prova do tempo de serviço efectivo em RC através de declaração emitida pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional.

12 — Formalização das candidaturas: